



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

LUA ZAYRA MENDONÇA MARQUES

**Tecendo Autonomia e Desafiando Normas: contribuição dos
Acompanhamentos Singulares e Territoriais junto a pessoas dissidentes de
gêneros e sexualidades**

**JOÃO PESSOA
2024**

LUA ZAYRA MENDONÇA MARQUES

Tecendo Autonomia e Desafiando Normas: contribuição dos Acompanhamentos Singulares e Territoriais junto a pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a Conclusão do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Professora Iara Falleiros Braga

Co-orientador: Gustavo Artur Monzeli

JOÃO PESSOA

2024

LUA ZAYRA MENDONÇA MARQUES

**TECENDO AUTONOMIA E DESAFIANDO NORMAS:
CONTRIBUIÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS SINGULARES E
TERRITORIAIS JUNTO A PESSOAS DISSIDENTES DE
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: 26/04/2024.

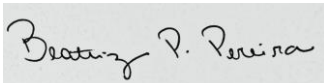
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Iara Falleiros Braga (Orientadora) Universidade
Federal da Paraíba



Prof. Dr. Gustavo Artur Monzeli (Co-Orientador) Universidade
Federal da Paraíba



Profa. Dra. Beatriz Prado Pereira (Membro da Banca)
Universidade Federal da Paraíba



Prof. Me. Kléber Neves Marques Júnior (Membro da Banca)
Centro Estadual de Referência dos Direitos LGBTQIAPNb+ e Enfrentamento à
LGBTQIAPNb+fobia da Paraíba - Pedro Alves de Souza

“Quando a existência entra em disputa, nossos corpos são nossas armas (Monzeli, 2016)”

RESUMO

O trabalho desenvolvido e apresentado a seguir relata as minhas experiências enquanto estudante extensionista do Projeto ResisTO em parceria com um equipamento da política pública estadual de João Pessoa, na Paraíba. As ações foram realizadas a partir da utilização dos Acompanhamentos Singulares e Territoriais como tecnologia social para a apreensão da realidade social da população dissidente de gêneros e sexualidades e na busca de soluções e estratégias conjuntas. O relato tem como objetivo analisar as contribuições da tecnologia da terapia ocupacional social como estratégia de enfrentamento a situações de violência e acesso aos direitos sociais da população dissidente de gênero e sexualidade e está organizado da seguinte forma: a constituição do campo social como possibilidade de ação para terapeutas ocupacionais e a importância da leitura sobre a incidência dos marcadores sociais da diferença nas histórias de vida, e especificamente, na história de vida de dois usuários que acompanhei. Esses usuários lidam cotidianamente com a luta e resistência pela sua construção identitária, desafiando a cisnormatividade pela garantia da sua sobrevivência. Portanto, através dos Acompanhamentos foi possível explorar maneiras de descentralizar as concepções normativas em relação aos sujeitos e à vida cotidiana, e elaborar estratégias conjuntas de enfrentamentos às violências e violações de direitos, contribuindo para sua participação social e o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional; Políticas inclusivas de Gênero; Sexualidade

ABSTRACT

The text developed and presented below reports on my experiences as an extension student of the ResisTO Project in partnership with a state public policy facility in João Pessoa, Paraíba. The actions were carried out using Singular and Territorial Follow-ups as a social technology to understand the social reality of the population of dissident genders and sexualities and in the search for joint solutions and strategies. The report aims to analyze the contributions of social occupational therapy technology as a strategy for coping with situations of violence and access to social rights for the gender and sexuality dissident population and is organized as follows: the constitution of the social field as a possibility for action for occupational therapists and the importance of understanding the incidence of social markers of difference in the life stories, and specifically, in the life stories of two users that I followed. These users deal daily with the struggle and resistance for their identity construction, challenging cisnormativity to guarantee their survival. Therefore, through the Follow-ups, it was possible to explore ways of decentralizing normative conceptions in relation to subjects and everyday life, and to develop joint strategies for confronting violence and rights violations, contributing to their social participation and the exercise of citizenship.

Keywords: Occupational Therapy; Gender inclusive Policies; Sexuality

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. LGBTQIAPNb+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não Binário
2. HIV- Vírus da Imunodeficiência Humana
3. Espaço LGBT- Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não Binário (LGBTQIAPNb+) e Enfrentamento à LGBTQIAPNb+fobia da Paraíba - Pedro Alves de Souza
4. UFPB- Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- “Fique tranquilo, as coisas vão melhorar pra gente, apenas siga em frente.”	19
Figura 2 - “Corpo homem x Corpo mulher”	20
Figura 3 - Autoimagem produzida pelo participante com a utilização de biscuit	21
Figura 4 - Autoimagem produzida pelo participante com a utilização de biscuit	24

SUMÁRIO

1 Introdução.....	9
2 Projeto ResisTO: Gêneros, Sexualidades, Terapia Ocupacional Social.....	11
3 Utilização dos Acompanhamentos Singulares e Territoriais.....	12
4 “ <i>Eu sinto que aqui é um lugar seguro</i> ”: as contribuições da Terapia Ocupacional Social junto à população dissidente de gênero.....	15
• Dante.....	16
• Julie.....	21
5 Considerações finais.....	25
6 Referências.....	27

*Ao pensar em construir esse **relato de experiência**, tive como objetivo apresentar as minhas vivências enquanto estudante e membro da Rede METUIA, de forma crítica, sensível e potente o fazer da terapia ocupacional no fortalecimento da construção subjetiva junto à população dissidente de gênero e sexualidade, fomentando ações e reflexões que corroborem para reafirmar as tecnologias sociais como forma de enfrentamento às violências e incentivo à efetivação de políticas públicas.*

1. Introdução

“O caminho da Terapia Ocupacional Social se fez (e se faz) ao caminhar (Galheigo, 2023, p.60)”.

Desde a década de 1970, inicia-se uma inquietação sobre as desigualdades sociais que (ainda) permeiam o país. Em um cenário de violência e opressões, encontra-se também a efervescência da luta dos movimentos sociais pela redemocratização brasileira, promovendo que terapeutas ocupacionais descentralizem as suas práticas e passem a elaborar estratégias de ação que considerem o indivíduo socialmente localizado.

A reformulação da prática profissional do terapeuta ocupacional no campo social só se tornou possível mediante o contato com os(as) sujeitos(as), e a compreensão sobre a questão social¹, a partir de uma escuta sensível e uma leitura crítica do contexto. Conforme destacado por Galheigo (2023), a compreensão da realidade social envolve estratégias fundamentais para desmistificar o papel do(a) técnico(a) como detentor(a) exclusivo(a) do conhecimento. A autora enfatiza que nenhuma premissa de conhecimento previamente estabelecido deve sobrepor-se àquilo que é construído em colaboração com o “outro”, permitindo que sejam consideradas múltiplas formas de existir, e acima de tudo sobreviver.

Sendo assim, foi possível observar a união de esforços de docentes de três instituições² de ensino superior que possuíam o intuito de promover discussões sobre o que se passava a compreender como Terapia Ocupacional Social, criando em 1988 o Projeto Metuia. No ano de 2019, o projeto tornou-se a Rede Metuia - Terapia Ocupacional Social, propondo encontros sistemáticos, visando estabelecer um alinhamento teórico-metodológico, na busca de assegurar coesão e coerência em suas práticas. De acordo com Galheigo (2023) o campo se constitui a partir da reflexão crítica sobre o lugar social do terapeuta ocupacional, em que

¹ A questão social tem sua gênese na forma como as pessoas se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e essa organização tem sua expressão na esfera da reprodução social, ou seja, a questão social está determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração. (Lopes, 2023, p. 39).

² Pontifícia Universidade Católica (PUC - Campinas), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de São Paulo (USP).

buscou-se desenvolver metodologias de ação com vistas à autonomia, cidadania e acesso a direitos de sujeitos e coletivos.

Ao ampliar o escopo de práticas da profissão e ao desenvolver um compromisso ético-político³, as terapeutas ocupacionais emergem como articuladoras sociais⁴, promovendo a contestação das hegemonias existentes e fomentando novas formas de produção de vida. E ao produzirem estratégias de intervenção próprias, terapeutas ocupacionais reconhecem a interconexão entre a ação técnica e a atuação política, resistindo nas dinâmicas de poder presentes nas relações e instituições sociais.

Desenvolve-se, portanto, recursos e tecnologias para apreensão e ação na realidade social, sendo elas: *Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos; Articulação de Recursos no Campo Social; Dinamização da Rede de Atenção; e Acompanhamentos Singulares e Territoriais*⁵. De acordo com Lopes et.al (2014),

“Esses recursos e tecnologias foram traçados para possibilitar a criação de vínculos, aproximação e interação direta com os cotidianos de diversos indivíduos, grupos e populações juntos aos quais o projeto desenvolveu suas reflexões e ações, articulando, assim, diferentes níveis da política pública para ampliar o acesso aos direitos sociais e ao exercício de cidadania” (Monzeli et. al, 2023, p. 3)

Tendo em vista os objetivos e utilizando das tecnologias sociais da Terapia Ocupacional Social, o projeto de extensão ResisTO: Gêneros, Sexualidades e Terapia Ocupacional Social foi fundado em 2017, em resposta às inúmeras contestações sociais que estudantes de terapia ocupacional estavam vivenciando na época. Localizado no Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, compondo o Núcleo METUIA/UFPB, o Projeto dedica-se produzir ensino, pesquisa e extensão considerando as incidências dos marcadores sociais da diferença, inicialmente nos estudantes e posteriormente em parcerias com a política pública municipal e estadual (Monzeli et. al, 2023).

Esse relato decorre, portanto, das ações propostas pelo projeto ResisTO em parceria com o Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não Binário (LGBTQIAPNb+) e Enfrentamento à

³ Entende-se como um “compromisso ético, por intervir no plano da vida, em seus movimentos de resistência e afirmação, e um compromisso político, pela contínua explicitação dos jogos de forças macro e micropolíticos existentes, pela defesa da autonomia da cidadania e do direito e pela busca de novas estratégias de construção e/ou fortalecimento dos coletivos” (Galheigo, 2023, p.69”).

⁴ Galheigo (2023, p. 59).

⁵ Para compreender melhor a conceituação de cada recurso e tecnologia social da terapia ocupacional social, ver Lopes et al. (2014).

LGBTQIAPNb+fobia da Paraíba - Pedro Alves de Souza⁶ (Espaço LGBT+ Pedrinho). Neste equipamento, foi possível promover *Acompanhamentos Singulares e Territoriais*, tendo como objetivo compreender as contribuições desse recurso, como estratégia de enfrentamento a situações de violência e acesso aos direitos sociais da população dissidente⁷ de gênero e sexualidade.

2. Projeto ResisTO: Gêneros, Sexualidades, Terapia Ocupacional Social

O projeto surge da necessidade de se promover espaços de estudos e debates sobre direitos sociais, desnaturalização das violências e múltiplas formas de opressão às categorias de diferença social, propondo reflexões sobre os retrocessos enfrentados em relação às políticas sociais⁸. Entendendo os sujeitos (a) como seres sociais, constituído por diversos marcadores, como gênero, sexualidade, raça, religiosidade, “[...] de maneira que o eixo de diferenciação do indivíduo constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais, é correto afirmar que essas articulações sociais preexistem ao nosso nascimento de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas” (Melo et. al, 2020, p. 2). Em Monzeli et. al (2023) são apresentadas diversas ações propostas pelo projeto ao longo dos últimos anos, considerando como essas intersecções se manifestam no cotidiano de populações socialmente marginalizadas.

Ao perceber a emergência da falta de debate, na terapia ocupacional na universidade, sobre as desigualdades que resultam em violências e violações de direitos na vida da população dissidente de gêneros e sexualidades, o projeto expandiu-se e articulou-se inicialmente com a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT+ e Igualdade Racial de João Pessoa-PB. Posteriormente, no ano de 2022, estabeleceu parceria com o Espaço LGBT, denominado conforme a Lei nº 11.983 de 22 de Junho de 2021, sendo parte da estrutura administrativa do Governo da Paraíba por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH).

⁶ Em uma reunião com a equipe, trouxeram o relato de que Pedrinho (nome em que se referencia o equipamento) foi um jovem assistido pelo Espaço LGBT. Pedrinho foi vítima de muitas violências motivadas pela transfobia. A partir desse cenário, o Governo da Paraíba por meio da SEMDH decidiu homenageá-lo e honrar a existência dessas pessoas que contribuíram com a luta por direitos humanos da população LGBTQIAPNb+ paraibana.

⁷ “De acordo com Colling (2019) o conceito de dissidência sexual traz uma ideia de oposição à “diversidade”, que articula uma compreensão de normalização e tolerância. Além disso, dissidência sexual considera os saberes locais, fugindo de discursos reproduzíveis do norte-americano queer que permeiam o multiculturalismo. Nesse sentido, a dissidência trabalha mais com a ideia de diferença do que de diversidade, o que coloca foco na produção de hierarquias e desigualdades sociais”. (Monzeli et. al, 2023, p. 5).

⁸ Uma discussão aprofundada sobre esse período pode ser vista em Braga et. al (2020)

Desde a década de 2010, terapeutas ocupacionais têm produzido ações junto à população LGBTQIAPNb+, compreendendo que, de acordo com Braga et. al (2020).

“esses sujeitos e grupos têm, historicamente, no Brasil, a restrição ao acesso a direitos sociais básicos como educação, saúde, assistência social, trabalho, bem como o não reconhecimento de suas experiências em diversas esferas da vida social (Monzeli et. al, 2023, p. 4).

Sendo assim, a produção de reflexões e ações da terapia ocupacional social junto à população dissidente de gênero e sexualidade ocorre a partir da compreensão de que, por encontrar-se fora do padrão heteronormativo⁹, é alvo de diversas formas de violência, opressão e negligência de direitos sociais (Monzeli, 2022).

Ao articular-se com a política pública de proteção aos direitos da população LGBTQIAPNb+ e ao enfrentamento da LGBTQIAPNb+fobia estadual, tornou-se possível desenvolver os *Acompanhamentos* por meio de ações de pesquisa e extensão. Essas ações garantiram o fomento ao fortalecimento desses equipamentos e permitiram uma abordagem da terapia ocupacional social em relação aos marcadores sociais da diferença.

3. Utilização dos Acompanhamentos Singulares e Territoriais

Os *Acompanhamentos Singulares e Territoriais* se configuram como um formato individualizado de metodologia para promover ações que possam compreender a realidade social do(a) indivíduo(a) de forma mais ampla e considerando a sua subjetividade. Segundo Pan et al. (2019), para a realização desse método de intervenção, o(a) terapeuta ocupacional deverá utilizar da sua percepção a partir do contato com o(a) outro(a), desenvolvendo uma escuta atenta e sensível às demandas que refletem do coletivo, assim como, o deslocamento do profissional, que se dá em duplo sentido: indo em encontro aos sujeitos e em conjunto com eles, sem que se limite às instituições e, principalmente, o deslocamento de seus valores morais e da concepção de ser o(a) detentor(a) da razão, possibilitando que as pessoas acompanhadas tenham uma participação ativa na construção de estratégias e soluções para a vida.

⁹Richard Miskolci esclarece que muito mais do que o *aperçu* de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e "natural" da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009).

Nesse sentido, os *Acompanhamentos singulares e territoriais* apresentaram-se, durante essa experiência, como uma potente ferramenta para planejar e elaborar estratégias de enfrentamento às violências pela população dissidente de gêneros e sexualidades, onde é possível observar a constituição de subjetividades vigiadas, a partir da construção de discursos¹⁰ e saberes que violentam corpos cotidianamente.

Apoiando-se nos referenciais teóricos da terapia ocupacional social, articulando aos estudos pós-estruturalistas da Teoria *Queer*¹¹, me debrucei sobre a análise dos sujeitos com base nas leituras de Foucault (2005) sobre o dispositivo da sexualidade¹², e na produção da performatividade de gênero¹³ (Butler, 2003), que compreende a constituição dos gêneros a partir de representações já constituídas e normativas.

[...] a noção de dispositivo demarca uma conexão entre diversos elementos heterogêneos da vida social, como discursos, instituições, legislações, concepções, organizações arquitetônicas, a filosofia, a ciência, moralidades e outros. A mediação de discursos sobre o sexo, articulados por esses elementos, toma como principal objetivo não a repressão, mas a regulamentação do sexo e, por consequência, de modos de vida (MELO, 2016, p. 216).

Monzeli (2022) acrescenta que, ao compreender a produção de experiências para além das normas de gêneros e sexualidades, esses(as) sujeitos(as) e grupos enfrentam inúmeras situações de violências, opressões, diferentes formas de injustiças sociais e negligências de direitos sociais. Dessa forma, a leitura do sujeito em sociedade passa a ser analisada a partir de construções identitárias historicamente violadas, que vão desenvolvendo estratégias de enfrentamento singulares e coletivas em sua produção de vida.

¹⁰ “O discurso moral consiste em definições do modo como as relações sociais deveriam ser construídas, em definições de como deveriam ser determinados cursos de conduta moralmente legítimos e em definições de como deveriam ser os agentes morais. Por isso, o social e o interpessoal, no discurso moral, está construído em um discurso que não é descritivo ou explicativo, mas, essencialmente, avaliativo e normativo (LAROSSA, 1996, p. 126).

¹¹ Nas palavras do sociólogo Steven Seidman (1996, p. 13), o *queer* pode ser compreendido como o estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais”.

¹² “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Foucault, 2005, p. 100).

¹³ “Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado”. (BUTLER, 2003, p. 194)

Através do decreto nº 43.478 de 08 de março de 2023, descreve que o “Espaço LGBTQ+ Pedrinho” tem por finalidade a defesa dos direitos da população LGBTQIAPNb+¹⁴. O Espaço LGBTQ+ - Pedrinho configura-se enquanto uma unidade pública de atendimento psicossocial e sócio jurídico especializado à população LGBTQIAPNb+ e seus familiares em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, por violação de direitos, além de funcionar como um lugar de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de soluções sociais coletivas (JUNIOR, 2023, p. 85).

Diante do exposto, este estudo se configura como um relato de experiência produzido e vivenciado em um período de um ano (entre 2023 e 2024), junto a dois sujeitos de idade entre 17 e 35 anos, respectivamente, que já possuíam cadastro na unidade.

Ambos já teriam passado por ações do projeto de extensão ResisTO e constavam na relação que a equipe do serviço construiu como forma de mapearmos os usuários que não conseguiram dar continuidade. Esses sujeitos já teriam apresentado demandas aos estudantes extensionistas através de um contato inicial.

Algo para estarmos atentos, enquanto terapeutas ocupacionais, e que se mostrou evidente ao acompanhar esses usuários, foi o desafio no desenvolvimento de estratégias de ação territorial que viabilizassem o acesso aos seus direitos, vivenciando o que Bento (2014) conceitua como cidadania precária, o que representa uma dupla negação “nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros)” (Bento, 2014, p.167).

O primeiro contato que tive com os participantes se deu por ligação de voz, onde me identifiquei e reapresentei o objetivo da terapia ocupacional social em consonância com o equipamento, com o intuito de confirmar interesse em retornar aos *Acompanhamentos*.

A partir do reconhecimento da potencialidade das ações da terapia ocupacional social em construir outros projetos de vida, tive como objetivo em nossos encontros contribuir no enfrentamento ao discurso de imposição da (cis)heteronormatividade¹⁵ em seus espaços de circulação, invalidando a subjetividade de seus corpos, na elaboração de reflexões e ações

¹⁴ A sigla refere-se as populações de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros(as), *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários(as), dentre outras possibilidades existenciais em gêneros, sexualidades e condições morfológicas.

¹⁵ “A heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem sua vida a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 5).

junto a eles.

Os registros dos encontros se deram a partir do diário de campo, assim como a elaboração de atividades foram surgindo de acordo com a dinâmica dos *Acompanhamentos*, de modo que as fotografias que compõem esse relato consistem na composição das ações e os seus desdobramentos a partir da atividade utilizada como recurso mediador.

De acordo com Melo (2016) pensar na vida dos(as) sujeitos(as) que vivenciam a margem¹⁶ requer, primeiramente, que possamos nos questionar quais as dinâmicas que essas vivências assumem e o que, socialmente, as autoriza e legitima, para que então possamos nos posicionar enquanto agentes políticos. Essas vidas experienciam os efeitos dos processos de marginalização e estigmatização social e têm seu exercício da cidadania atravessado pelas condições de exclusão, sendo orientadas pelo confronto das hegemonias, por meio da luta pela existência e sobrevivência (Melo et al., 2023).

Essas hegemonias se refletem nas opressões realizadas através da heterossexualidade compulsória e, sobretudo, à heteronormatividade, que se apresenta como eixo central para refletir os mecanismos de luta e defesa que os(as) participantes foram produzindo em seus cotidianos.

A partir do relato dessas vivências, foi possível refletir e construir, em conjunto, possibilidades para a participação social através do reconhecimento e fortalecimento das suas identidades subjetivas, contribuindo para o acesso e circulação a espaços de sociabilidade¹⁷, que foram historicamente negligenciados a eles(as).

Dessa forma, os *Acompanhamentos Singulares e Territoriais* serviram como ferramenta potente de reflexão e construção de possibilidades para o exercício da cidadania, focada no fazer humano, que se depara cotidianamente com normas binárias que autorizam ou não, legitimam ou não a garantia desses direitos.

4. “Eu sinto que aqui é um lugar seguro”: as contribuições da Terapia Ocupacional Social junto à população dissidente de gênero

¹⁶ “Normas e convenções de gênero e sexualidade cunhadas pela matriz heterossexual acabam por alocá-las às marginalizações que as segregam, visto que toda a esfera social está imbricada por uma série de fatores estabelecidos historicamente, determinando o que deve ou não ser aceito” (Melo, 2016, p. 217).

¹⁷ Ao articular a discussão de território e construções identitárias, (Monzeli, 2013, p.18) compreende que o “território representa muito mais do que o “pano de fundo” da vida social, isto é, participa efetivamente da construção e desconstrução de relações e subjetividades [...]” sendo necessária uma “[...] discussão sobre a própria conceitualização de território na medida em que as sociabilidades e as próprias construções corporais, subjetivas e identitárias se relacionam diretamente com o uso que os corpos fazem destes espaços [...]”, entendendo a influência que a representação subjetiva tem no território, e consequentemente, em seus espaços de sociabilidade.

Julie tem 35 anos, é o filho¹⁸ “do meio” entre seus dois irmãos. Ele/ela mora em João Pessoa-PB com o seu padrasto, a sua mãe e o seu irmão mais novo. Se autodeclara branca, tem cabelos loiros, olhos verdes, vivencia a sua espiritualidade a partir do candomblé¹⁹ e considera-se uma pessoa gay não-binária. Afirmou gostar de usar roupas nas cores rosa e azul. Já Dante, tem 17 anos, filho mais novo de uma família de três filhos, identifica-se como um homem trans, bissexual. Tem cabelos pretos, usa óculos e tem o desejo de realizar pesquisas arqueológicas. Dante mora com os pais e estuda em uma instituição de ensino médio privada, também localizada em João Pessoa-PB.

Dante

No primeiro encontro com Dante, caracterizando seu histórico na unidade, percebi que ele se apresentava tímido, vestindo a farda da escola e um casaco, traje comum em nossos encontros. Chegava à unidade na maioria das vezes acompanhado por sua mãe, que sempre o aguardava atenciosamente na recepção. Dante me apresentou muitos desejos, mas também muitas angústias. Vivenciar a transexualidade em uma sociedade construída por valores morais, se materializa no cotidiano de Dante de forma violenta, por exemplo, a partir da transfobia.

Dante apresentou-se muito estressado durante os *Acompanhamentos* devido à rotina desafiadora de ser um estudante secundarista, o que afetava seu rendimento acadêmico. Esse estresse estava intimamente ligado à experiência de ser o único homem trans em sua turma, o que o tornava alvo de comentários e de piadas por parte de outros estudantes.

Durante os *Acompanhamentos* foi possível acessar, através da proposição de atividades, suas vivências na escola (como em uma atividade que propus a construção da “escola ideal” para que pudéssemos identificar a partir do simbólico/ideal esse lugar e refletir sobre os atravessamentos que essa instituição enfrenta no “mundo real”, entendendo como se daria o enfrentamento dos mesmos no “mundo ideal”) e a construção da sua subjetividade, atravessada pelo desejo pela harmonização (como em uma atividade que consistiu na construção da sua representação a partir de perguntas disparadoras “Como eu me vejo?” e

¹⁸ Por se identificar enquanto pessoa não binária, Julie será referida com os pronomes Ele/Ela durante esse texto, de acordo com os acontecimentos no qual foram sendo utilizados, e conforme foi se auto identificando.

¹⁹ Santos (2011) aponta que o Candomblé é uma comunidade que possui herança cultural, combinando elementos da África e do Brasil. Essa comunidade acolhe as diferenças e busca a aceitação e o acolhimento das pessoas independente de sua identidade de gênero, sem a necessidade de conformar-se a determinados padrões de valores ou ajustes sociais (Soares & Ferreira, 2021)”

“Como eu acho que as pessoas me veem” com o objetivo de compreender a forma como ele achava estar sendo representado socialmente, e a forma como ele se identificava). Construimos, a partir de atividades mediadoras, reflexões de estratégias de enfrentamento às opressões que na escola o submetiam a violências transfóbicas e, como ele mesmo relata, o chamavam de “garota” por ainda possuir a “voz *fin*”, propondo em conjunto possibilidades de valorização da sua subjetividade, garantindo a sua participação social.

O início do seu “processo transexualizador” pelo Sistema Único de Saúde (SUS), só poderá ser realizado após os 18 anos completos, e com isso, Dante carrega as inquietações desse tempo que parece não passar. O até então nomeado “processo transexualizador”

faz referência à resolução 1955/2010 do Conselho Federal de Medicina, através da portaria 2.803/2013 do Ministério da Saúde, define o paciente transexual como “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio” e determinou como critérios diagnósticos: “1) Desconforto com o sexo anatômico natural; 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) Ausência de outros transtornos mentais” (Rocon et. al 2019, p. 7).

O termo tem sido discutido e debatido por carregar um processo histórico de patologização das identidades trans. Tendo em vista essas resoluções, a pessoa para ter a garantia do acesso aos procedimentos desejáveis, deverá ser submetida a um diagnóstico que servirá como validação da sua existência.

As significações de ser refém de um diagnóstico são representadas por Butler (2009) que encontra a sua valorização por facilitar um percurso economicamente viável para a transição (visto que Dante tecia críticas aos valores exorbitantes da aquisição do hormônio por via privada). E por outro lado, a forte oposição ao diagnóstico surge devido à sua contínua patologização das identidades dissidentes.

Refletir sobre os discursos de Dante, que traziam a sua validação (influenciada pela própria legislação) remete à materialidade da identificação de um corpo já determinado socialmente. Corpo esse que, idealmente, não estará às margens, na invisibilidade e tampouco sujeito a violências. Em nossos momentos, avaliamos juntos o que esse desejo refletia e como se materializava na sua vida, a partir da compreensão sobre passabilidade²⁰, que vai ao encontro

²⁰ De acordo com Almeida (2012, p. 519) a capacidade de passabilidade requer tanto as transformações físicas conquistadas por meio de hormônios e cirurgias, como também está ligada a performance e comportamentos que sejam culturalmente associados a tal gênero.

à noção de inteligibilidade cultural (Butler, 2003) entendida como:

“[...]a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (Butler, 2003, p. 34)

A passabilidade, que seria garantida a Dante a cada vez em que houvesse a submissão da sua construção identitária às relações de poder, que instituem comportamentos, era almejada de forma a lhe garantir acessos, reconhecimento e pertencimento nas relações e instituições.

Em um dos *Acompanhamentos*, propus uma atividade com o objetivo de que ele pudesse revisitar as suas emoções e/ou situações atuais em um momento futuro, em que propus que ele escrevesse uma carta para si mesmo, na qual poderia expressar o que gostaria de dizer. Combinei que essa carta seria aberta durante nosso último encontro. Dante manifestou o desejo por dias melhores para o futuro, especialmente com o início do processo de hormonização. Este desejo foi ilustrado em um desenho (ver Figura 1), no qual ele é retratado usando seu casaco como uma espécie de armadura, que oculta seu corpo e lhe proporciona uma sensação de segurança, lhe garantindo uma circulação possível fora dos olhares da abjeção²¹.

A partir de uma leitura crítica, que realizamos conjuntamente, sobre as entrelinhas das significações do “processo transexualizador”, identificamos o que Foucault (1999), relata ao validar e tomar como modelo apenas experiências cisgêneras e normativas.

²¹ Butler (2003, p. 178) “O “abjeto” designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito”



Figura 1. A figura representa um desenho feito por Dante, onde ele escreve em um balão “Fique tranquilo, as coisas vão melhorar pra gente, apenas siga em frente.”

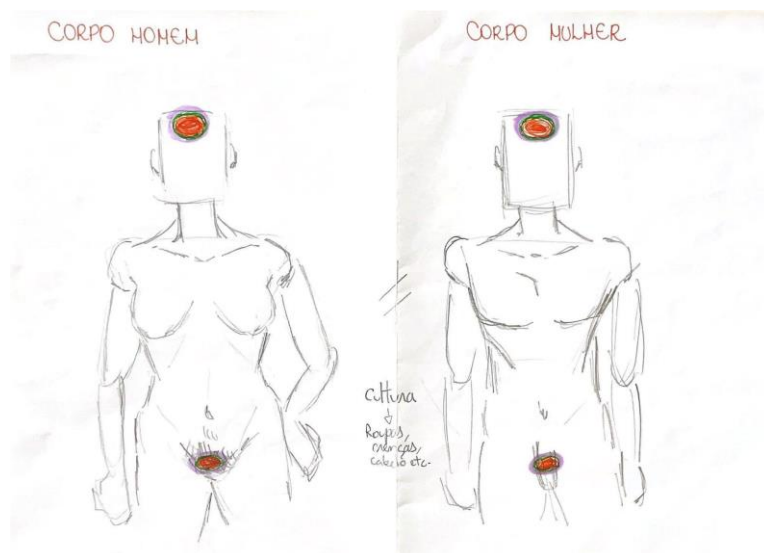
Fonte: produzido pelo participante (2023).

Em um dos *Acompanhamentos*, propus outra atividade em que ele desenhasse em cada metade de uma folha sulfite a representação de dois corpos a partir de algumas perguntas disparadoras: “O que valida um corpo homem ou um corpo mulher” (ver Figura 2); “Há diferenças? Quais?”; “Quais as similaridades?”; “Quais as suas características?”, com o objetivo de fomentar a reflexão da representação desses corpos dentro de uma compreensão culturalmente binária, que vigia e regula suas identidades.

Esse foi o primeiro momento em que Dante havia trazido para os nossos encontros a reflexão do quanto o processo de colonização do Brasil impacta a forma como a sociedade foi se comportando e criando seus valores, normas e costumes, afirmando que permanece com o desejo da harmonização, mas que não será isso que ditará sobre o gênero que se identifica. Ao verbalizar essa afirmação, identificamos juntos os discursos morais que reproduzem performatividades, inviabilizando identidades dissidentes e, ao se reconhecer nessa fronteira, pudemos elaborar estratégias de resistência, como a leitura crítica dessa historicidade, que o fez validar a sua experiência enquanto homem trans e a luta dos movimentos sociais para

garantia de direitos.

Figura 2. A figura representa dois desenhos feitos por Dante, onde ele utilizou a identificação



de corpos transgêneros, desafiando o que socialmente se valida enquanto “corpo homem x corpo mulher”, trazendo como eixo de diferenciação a cultura e as crenças em que os (as) sujeitos se constroem.

Fonte: produzido pelo participante (2023).

Dante também tinha seus acessos aos espaços públicos atravessados pela violência, acreditava que enquanto não se assemelhasse com a expectativa de um corpo cisgênero, não se sentiria confortável em transitar nesses espaços, o que acabou por resultar na restrição dos seus territórios de sociabilidade. Ele mencionou que apenas frequentava o Espaço LGBTQ+ - Pedrinho (“*eu sinto que aqui é um lugar seguro*”), a escola, a casa de alguns(algumas) amigos(as) e a psicopedagoga clínica²², lugares em que a transexualidade lhe permitia acessar sem que fosse necessário o enfrentamento constante a violências, e que irão repercutir em publicações futuras. Esses locais em que Dante não precisaria se preocupar com a passabilidade, assim como Julie, participante que apresentarei a seguir que por vezes utilizou-se desse conceito para performar uma identidade socialmente aceita.

No último encontro, com o objetivo de identificar a construção subjetiva da identidade deles, a partir da escolha dos nomes, raça e idade, forneci material de modelagem de biscuit e

²² Dante estava em investigação para Discalculia durante parte dos meus encontros com ele, pela dificuldade que foi apresentada na escola na área das ciências exatas.

propos a seguinte indagação: "Como Dante seria caso pudesse escolher?" (Figura 3). Este momento foi significativo, pois marcou a autonomeação do participante como Dante, conferindo significado aos relatos dessa experiência. Além disso, ele fez escolhas relacionadas às vestimentas que refletiam uma identidade mais alinhada com sua autopercepção, rompendo com a necessidade de usar as roupas como uma forma de proteção ou armadura, como frequentemente ocorria.

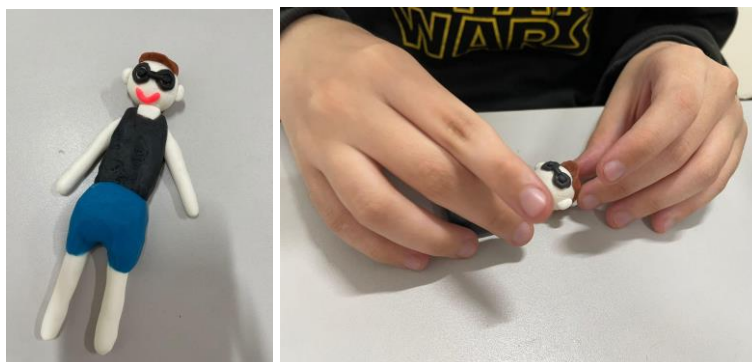


Figura 3. Autoimagem produzida pelo participante com a utilização de biscoito.

Julie

Logo no primeiro contato com Julie, ainda sem vínculos formados, foram trazidas demandas decorrentes de sua vivência que já apresentava inúmeras situações de violência, suas relações de trabalho com a prostituição e as consequências da desinformação sobre seu diagnóstico de HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana).

Durante os *Acompanhamentos* produzidos, os relatos trazidos por ele/ela foram sendo acompanhados de reflexões que possibilitaram a desnaturalização de processos violentos e a construção de novos projetos de vida possível para quem convive com o estigma da soropositividade.

Em boa parte de sua vida, sua fonte de renda vinha dos espaços da prostituição, sendo rotineiramente alvo das “*meninas do meio*”²³. Aqui chamo atenção para quando ele/ela se identifica como alvo e questionamos quais os discursos morais que constituem essas flechas. Seria a construção da sua identidade invisibilizada por não se submeter a procedimentos cirúrgicos inseguros, como a aplicação do silicone industrial e/ou a ingestão de hormônios? Reafirmando o que se espera de uma performance cisgênera, como Butler (2003) nos apresenta, a partir da regulação das expressões de nossas subjetividades.

²³ Forma que Julie nomeia as pessoas que trabalhavam com ela.

Em um dos *Acompanhamentos*, propus uma atividade de perguntas sorteadas que tinham como objetivo identificar as potencialidades que ele/ela reconhecia em si, apostando que esse reconhecimento poderia desmascarar suas significações subjetivas. Julie comentou que gostava de escutar música, estar em contato com a natureza e de quando dizia ser “*vaidoso*”: “*Eu gostava de me ver montada*”. Ele/ela relata que sentia prazer ao poder confeccionar os seus *looks* para trabalhar e se reconhecer daquela forma.

Em seguida refletiu “*eu tinha tudo pra ser travesti, mas não fui, acho que por causa da minha mãe que quando eu me assumi como gay não aceitou*”. A travestilidade, conceito historicamente dito a partir de um discurso de ódio, revelava, nas falas de Duque (2009, p. 79), “as travestis quando se “assumiam”, tinham o espaço doméstico da família, via de regra, insustentável”. Portanto, ser travesti em sua sociedade regida por valores e costumes morais, estaria para a família de Julie, em uma escala ainda mais suscetível a violência.

De acordo com Demétrio e Bensusan (2019) ser travesti é ser excluída da capacidade de exercício epistêmico e inteligível, devido à sua existência como uma alternativa de gênero distinta da cisheteronormatividade e do modelo binário centrado no dimorfismo sexual, cerceada por estigmas como “exótico, anormal, monstruosidade, aberração, agressivo, histérico, transtornado mental, perversivo, pervertido, patológico, grotesco, sujo, poluído, imoral, abjeto etc,” carregado de violências, violações, exclusões, silenciamentos, apagamentos simbólicos e extermínios que concordam que essas exclusões estão diretamente ligadas a preconceitos e estereótipos sociais negativos que desvalorizam e desqualificam corpos travestis (Oliveira, 2023, p.160) .

Não só em casa, como na *rua*²⁴, Julie se deparava com a invalidação de performar a sua identidade, relatando um momento em que havia acabado de retornar para o *ponto*²⁵ e ao descer do carro foi alvo de garrafadas por outra travesti que estava naquele mesmo território: “[...] eu acho que elas tinham inveja, porque eu conseguia fazer o mesmo dinheiro que elas ou até mais sem precisar colocar peito [...]”. Ele/ela relatou ainda que para inferiorizá-lo(a) e desqualificá-lo(a) na constituição estética de seu corpo, o chamavam de “*gayzinha montada*”, imbricada pela disputa das relações de poder do corpo-território. E dentre a rotina de violências da *rua* e de casa, Julie ainda tentava driblá-las na tentativa de sobreviver ao estigma de um corpo dissidente portador do HIV.

Ao relatar sobre o diagnóstico de HIV aos 20 anos, Julie trouxe o seguinte discurso em um

²⁴ Espaços de prostituição em que Julie trabalhava.

²⁵ Local em que aguardava os seus clientes.

dos nossos primeiros encontros: *“Eu achei que fosse morrer, ficar aidético igual a gente via nos filmes porque na minha época ninguém falava sobre educação sexual e eu me acho muito burro por ter deixado isso acontecer”*²⁶. Tendo que conviver com as consequências da desinformação acerca dos seus direitos e a possibilidade de alcançar seus projetos de vida. *“Só cuidado pra não passar para os meninos”* são exemplos de comentários que ele/ela tem vivenciado há 15 anos em seus ambientes de convívio.

A partir dos *Acompanhamentos* produzidos, propus de assistirmos juntos o documentário “Cartas para além dos muros” (Canto, 2019), com o objetivo de levar informação a partir do acesso a cultura, de uma temática sócio-histórica, o entreguei uma folha em branco e uma caneta, pedindo que ele escrevesse, caso se sentisse confortável o que estava sentindo e/ou chamando sua atenção durante a exibição.

Ao finalizar, Julie tinha escrito “Rotina da morte” e disse *“é aquela coisa né, a gente vive achando que pode morrer amanhã”*. Após o diagnóstico, Julie identificou que assim como os entrevistados no documentário, o pânico de conviver diariamente com o medo da morte, que carrega uma herança histórica de preconceito contra a população LGBTQIAPNb+. Ela/Ele centraliza seu acesso à saúde exclusivamente no Hospital Clementino (Complexo de Doenças Infecto Contagiosas), com receio de ser *descoberto* em seu território. As complexidades do entrelace das suas vivências sendo portador de HIV também serão discutidas com mais profundidade em publicações futuras.

Em nosso último encontro, propus a mesma atividade que apresentei a Dante na finalização dos *Acompanhamentos* (Figura 4). Durante a realização, Julie se nomeia dessa forma, e compartilha alguns momentos que vivenciou na prostituição. Julie relata *“menina na rua, menino no site”*, fazendo referência aos momentos em que se montava para trabalhar na rua, e aos anúncios que realizava nos sites, a partir de uma identidade masculina para conseguir seus clientes, uma vez que estes acabavam por valorizar uma performance mais masculina para os programas sexuais. Julie realizou a atividade com os olhos marejados de emoção ao ter a possibilidade de se representar com as cores de roupas que *“tinha mais axé”*.

²⁶ Diário de campo, 30 de agosto de 2023.



Figura 4. Autoimagem produzida pelo participante com a utilização de biscoito.

A construção do reconhecimento e fortalecimento das subjetividades dos/as participantes foram produzidas ao longo dos Acompanhamentos, para só assim poder identificar-se enquanto sujeito(a) de direitos. Perguntas como 'Quem dita o que é considerado normal?' e 'o que obedecer a essas normas diz sobre quem somos?' foram frequentemente discutidas. Em muitos momentos, os/as participantes relataram experiências de violência, como Julie em seus ambientes de trabalho, muitas vezes sem que esses incidentes fossem reconhecidos e validados como formas de violência, no entanto, a partir das atividades e dos recursos produzidos, foi possível observar a apreensão e o reconhecimento dos seus direitos individuais e coletivos.

Estar junto a Dante e Julie possibilitou que construíssemos juntos estratégias para o enfrentamento aos processos de disciplinarização dos corpos, proposta por Foucault (1987), que realiza “[...] uma divisão binária entre o normal e o anormal a partir de determinações coercitivas que definem o sujeito, qual é o seu lugar, como caracterizá-lo e, principalmente, como exercer sobre ele uma vigilância constante” (Rodrigues et al., 2016, p. 92).

Essa disciplina se materializa no discurso e nas dinâmicas sociais de Dante, o que fazia, por exemplo, com que ele vestisse seu casaco todos os dias para sair de casa como sua armadura de combate, no enfrentamento à transfobia.

Com a aposta no fortalecimento pessoal, foi crucial que esses momentos abordassem aspectos relacionados à compreensão e interpretação da cultura em que se aloca essas vivências, dialogando a partir das consequências de uma sociedade colonizada pela heteronormatização dos gêneros e das sexualidades, constituindo-se enquanto hegemonia, colocando à margem toda e qualquer expressão dissidente, produzindo resistências diariamente.

A partir das nossas reflexões, exploramos maneiras de descentralizar as concepções normativas em relação aos sujeitos e à vida cotidiana, no enfrentamento a

LGBTQIAPNb+fobia, com o objetivo de promover espaços de negociação no cenário social, promovendo o exercício da sua cidadania e a sua participação social através das representações das suas subjetividades.

Para combater as opressões, é fundamental reconhecê-las como tais e questionar a ordem em que se estabelece, desafiando as fronteiras que definem gêneros e sexualidades normativas. Essas fronteiras colocam de um lado identidades normativas e do outro, sujeitos abjetos (Butler, 2003), que “[...] opera como lugar da não aceitação do que é considerado monstruoso, odiado, vomitável, infame e anormal ao ameaçar os padrões controláveis e previsíveis” (Silva; Silva, 2013, p. 63)”.

Assim, se refletirmos sobre a forma em que essa abjeção se materializa no cotidiano, facilmente encontraremos uma série de negociações que negam a cidadania desses sujeitos. Produzindo, portanto, ações que levam Dante a validar sua identidade somente após submeter-se ao processo transexualizador, que historicamente foi proposto partindo de uma leitura patologizante sobre essas experiências (Rocon, Sodré & Rodrigues, 2016), e a Julie o “montar-se” e “desmontar-se” de acordo com os seus acessos aos espaços de sociabilidade (Monzeli, 2013).

De acordo com Bento (2014, p. 167) “para se tornar cidadão, cada um desses corpos teve que se constituir como um corpo político”. No entanto, o processo de reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo.

5. Considerações finais

Os *Acompanhamentos singulares e territoriais*, como um recurso importante da terapia ocupacional social, contribuíram para o fortalecimento dos sujeitos na luta contra a heteronormatividade, promovendo autonomia, ampliação dos espaços de circulação e sociabilidade, fomentando assim, ações que considerassem os seus desejos e subjetividades, assim como acolhesse suas dúvidas e angústias. Encontrá-los semanalmente, na aposta mútua de que aquele espaço poderia trazer significações às suas vidas, se manifestou em um dos momentos em que Dante foi ao Espaço LGBTQ+ - Pedrinho sem casaco e Julie passa a reconhecer sua identidade (em nosso último encontro) como não binária, desafiando as normas e explorando seus desejos.

Por essa experiência relatada, destacamos a necessidade de se discutir em profundidade a dimensão territorial dos *Acompanhamentos*, uma vez que foram realizadas algumas tentativas

de se produzir ações para além dos espaços da instituição parceira. Contudo, não foi possível concretizar essas ações pelo fato de que para o acompanhamento de algumas populações, como o caso da população dissidente de gêneros e sexualidades, a circulação pelo território é bastante dificultada e complexa, uma vez que poucos são os lugares possíveis para acessar, circular e também pertencer.

É bastante comum na trajetória das pessoas LGBTQIAPNb+ a expulsão do meio familiar, a exclusão do contexto escolar, a falta de inserção no mercado de trabalho e a violência sofrida pelo simples fato de se acessar determinados espaços de lazer, por exemplo. É evidente que esta dificuldade de circulação não é exclusiva para a população dissidente de gêneros e sexualidades, como no caso de jovens moradores de regiões com conflitos territoriais mediados por facções do tráfico de drogas, por exemplo, contudo, para as pessoas LGBTQIAPNb+ a restrição de circulação se caracteriza de forma bastante específica, considerando o processo histórico de acessos negligenciados a essa população, o que corrobora em um processo de desafio contínuo no enfrentamento às normas.

Para além disso, é importante ressaltar que esta experiência também proporcionou reflexões importantes no que tange à compreensão desta dimensão territorial dos *Acompanhamentos*. Será que o “territorial” está apenas no espaço físico? No lugar onde as ações acontecem? Ou a dimensão territorial estaria mais ligada às contribuições e aos significados produzidos pelo fazer da terapia ocupacional que leva em consideração as culturas, as histórias e os sentidos? Para se fazer um *Acompanhamento Singular e Territorial* é preciso, necessariamente, estar fora da instituição?

Estando essas ações alocadas em um equipamento de representação da garantia de direitos para a população LGBTQIAPNb+, como é o caso do Espaço LGBT - Pedrinho, foi possível relacionar as dimensões individuais e coletivas presentes nas vivências das pessoas que utilizam esse equipamento.

De acordo com os elementos apresentados e discutidos aqui, Barros (2004) afirma que pensar a terapia ocupacional como uma profissão que tem a cidadania como principal foco, implica reconhecer a importância de um olhar direcionado aos sujeitos, ao fazer humano e às significações e ressignificações desse fazer no cotidiano. Compreender essas experiências demanda um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução sobre como as normas influenciam os modos de vida e, além disso, como esses processos têm impacto nos ambientes a serem explorados, nas vidas a serem moldadas e na permissão que o Estado e a sociedade em geral têm para desautorizar indivíduos e estabelecer os limites de permissão da

circulação.

Essas experiências possibilitaram análises constantes sobre a vivência da cidadania em uma sociedade historicamente moldada por normas heterossexuais, brancas, cristãs e ocidentais, que têm violentado outras formas de coexistência.

Portanto, enquanto terapeutas ocupacionais, é fundamental reconhecer a importância de considerar não apenas os sujeitos singulares, mas também o contexto histórico, cultural e social em que estão imersos. Somente ao fazer isso podemos verdadeiramente oferecer cuidados que promovam o fortalecimento pessoal e a emancipação, desafiando as normas que restringem suas possibilidades de existência.

6. REFERÊNCIAS

- Barros, D. D. (2004). Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 15(3).
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i3p90-97>
- Bento, B. (2014). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Semestral Do Departamento e Do Programa de Pós-Graduação Em Sociologia Da UFSCar*, 4 (1), 165.
- Butler, J., & Rios, A. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 95–126. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312009000100006>
- Butler, J. (2003) Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Belo Horizonte: Civilização Brasileira.
- Canto, A. (2019). Carta para além dos muros.
- Ferreira, A. P. Soares, K. dos R. A, (2021). Transexualidade, Travestilidade e Candomblé: Mito, Gênero e Cultura em análise. *Interfaces Científicas*, p. 134 - 153.
DOI:10.17564/2316-3801.2021v9n2p134-153
- Galheigo, S.M. (2023) Terapia ocupacional social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e prática. In: Lopes, R.E., & Malfitano, A.P.S. (orgs) *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*, São Carlos: Edufscar, 2º edição.
- Junior, K. N. M. (2023). (Re)compor a atenção psicossocial à população LGBTQIAPNb+: Uma reflexão da prática profissional no “Espaço LGBT” de João Pessoa- PB. I Congresso Brasileiro Multidisciplinar em Saúde Mental (CONBRASMO) Online. *Revista Multidisciplinar em Saúde*.
- Lopes, R.E. Cidadania, Direitos e Terapia Ocupacional Social. In LOPES, R, E. &

MALFITANO, A, P, S. *Terapia ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (2ª edição, EDUFSCAR, 2023, pp. 39). São Carlos.

Melo, K.M.M de, Malfitano, A.P.S, & Lopes, R.E (2020). Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* , 28 (3), 1061–1071. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoarf1877>

Melo, K. M. M. de. (2016). Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 24(1), 215–223. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoarf0645>

Monzeli, G. A. (2022). Terapia ocupacional social, justiça social e população LGBTI+: com quem produzimos nossas reflexões e ações? *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30(spe). <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoarf234130951>

Monzeli, G. A., Braga, I. F., Goes, J. da S., Silva, D. A., Marques, L. Z. M., Angelo, S. M. W., Batista, M. C. M. D. (2023). Terapia ocupacional social, gêneros e sexualidades dissidentes: experiências a partir da extensão universitária. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctore259533901>

Monzeli, G. A. (2013). “*Em casa, na pista ou na escola é tanto babado*”: espaços de sociabilidade de jovens travestis. São Carlos : UFSCar. 89f.

Oliveira, M. R. G. de. (2023). A cobaia agora é você! *Caderno Espaço Feminino*, 36(1), 157–178. <https://doi.org/10.14393/cef-v36n1-2023-9>

Pedrini, M. D. & Ramos, H. S. G. (2016). *Corputopias: Foucault vai ao cinema. A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa* / Rodrigues, A. Monzeli, G & Ferreira, S. (orgs). - Vitória : EDUFES, 2016. 346 p. : il.;21 cm

Rocon, P.C, Sodré, F., Rodrigues, A., Barros, M.E.B de, & Wandekoken, K.D (2019). Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* , 23 . <https://doi.org/10.1590/interface.180633>

Rocon, PC, Sodré, F., & Rodrigues, A. (2016). Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. *Revista Katálisis* , 19 (2), 260–269. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00200011>

Rodrigues, A. Monzeli, G., & Ferreira da, S. R. (orgs) (2016). *A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa*. - Vitória : EDUFES.. 346 p. : il. ; 21 cm

ANEXO I

Diretrizes para Autores - Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional

APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Os originais devem ser encaminhados aos *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy* por meio eletrônico no site: www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br

Adota-se o processo de revisão por pares double-blind review (anônimo para os revisores e para os autores). Os textos são submetidos on-line e, de acordo com as normas de publicação, são encaminhados a um dos Editores de Seção para uma avaliação inicial. Aprecia-se, nesta fase, a pertinência da submissão ao escopo da revista e, dentre outros aspectos formais considerados, destacam-se a relevância e originalidade do tema e a adequação e densidade da abordagem teórico-metodológica utilizada. Apenas textos aprovados nesta etapa serão encaminhados para as próximas etapas de avaliação de mérito. Os textos não aprovados nesta fase serão encaminhados pelos Editores de Seção ao Editor-Chefe para finalização do processo.

Se aprovado na avaliação inicial pelo Editor de Seção, este indicará dois revisores ad hoc, de acordo com a temática da pesquisa, os quais deverão emitir, no prazo de 30 dias, um parecer com a análise do texto e com a indicação de revisão, aceite ou não para publicação, segundo os critérios de relevância do conteúdo, consistência argumentativa, coerência teórica e metodológica, adequação estrutural e contribuições para o avanço do conhecimento na área. Os textos que entrarem em avaliação por pares, após o processo de revisão, serão encaminhados aos autores com a decisão editorial, indicando revisões requeridas e/ou decisão final de aceite e/ou recusa. No caso de revisões requeridas, os textos serão devolvidos aos autores para adequações e uma nova rodada de avaliação será solicitada aos Editores de Seção e/ou aos revisores ad hoc.

Cumprida a etapa de análise pelos revisores ad hoc e Editores de Seção, o Editor-Chefe emitirá o parecer final (no qual o anonimato dos revisores é preservado) e que será expresso da seguinte maneira:

1. Aceito para Publicação: O trabalho é aceito integralmente para publicação em um dos próximos números do periódico, segundo critério cronológico de conclusão do processo de análise.
2. Revisões Requeridas: As modificações deverão ser realizadas pelo autor, que receberá o parecer com as referidas recomendações, devolvendo o trabalho reformulado no prazo estipulado e com as alterações realizadas marcadas em cor distinta para conferência. No caso de grande número de alterações solicitadas, o artigo será reencaminhado aos Editores de Seção e/ou revisores ad hoc, após a adequação pelo autor, para nova análise, podendo vir a ser aceito ou recusado.
3. Recusado: Recusa da publicação, com a devida justificativa dada pelo Editor-Chefe, tomando como referência a análise de cada um dos revisores ad hoc, a qual é repassada aos autores, preservando-se a identidade dos revisores.

Todos os pareceres elaborados serão de conhecimento dos autores, revisores ad hoc e Editores de Seção.

Caso o autor discorde do parecer recebido, poderá solicitar revisão à Editoria da revista, que, caso avalie como cabível a revisão, encaminhará a solicitação aos mesmos revisores e Editores de Seção, ou, a depender do caso, solicitará avaliação de outro revisor ad-hoc.

FORMATO

Textos em português, inglês ou espanhol, digitados em arquivo do programa Microsoft Word 2007 ou posterior, papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12. Todos os parágrafos devem começar na coluna 1, sem tabulação.

Os textos submetidos deverão atender aos critérios de estruturação para a sua apresentação e estarem de acordo com as diretrizes apontadas a seguir. É sugerido aos autores que façam um *checklist* quanto à estrutura do texto antes de submetê-lo ao periódico. Os textos que não atenderem aos itens mencionados serão devolvidos aos autores para adequação anteriormente à avaliação pelos Editores de Seção. Seguem abaixo as diretrizes para elaboração da: 1) Folha de Rosto e 2) Estrutura do Texto.

1. Folha de rosto

Abrange as seguintes informações: título, autores, contato do autor responsável e/ou de correspondência (endereço institucional) e fonte de financiamento.

Título: Conciso e informativo. Em português e inglês. Quando o texto for apresentado em espanhol, o título deve ser apresentado nos três idiomas (espanhol, português e inglês).

Informar, em nota de rodapé, se o material é parte de pesquisa e/ou intervenção.

No caso de pesquisas envolvendo seres humanos, indicar se os procedimentos éticos vigentes foram cumpridos. No caso de análise de intervenções, indicar se todos os procedimentos éticos necessários foram realizados. Informar, ainda, se o texto já foi apresentado em congressos, seminários, simpósios ou similares.

Autores: Nome completo e endereço eletrônico do(s) autor(es). Informar maior grau acadêmico, cargo e afiliação institucional de cada autor (instituição, cidade, unidade da federação, país). O periódico aceita que sejam até cinco os autores do texto. Em casos devidamente justificados, um número maior de autores poderá ser aceito pelos Editores-Chefes.

ORCID: Informar número ORCID de todos autores. Caso os(as) autores(as) não possuam ORCID, solicitamos que ele seja criado: <https://orcid.org/signin>

Contato: Indicar autor responsável pela comunicação com a revista. Nome completo, endereço institucional (instituição, rua, CEP, cidade, unidade da federação, país), endereço eletrônico e telefone para contato.

Fonte de Financiamento: Os autores deverão informar se o trabalho recebeu ou não financiamento.

Agradecimentos: Se houver, devem vir ao final das referências.

Contribuição dos Autores: Os autores devem definir a contribuição efetiva de cada um no trabalho. Indicar qual a colaboração de cada autor com relação ao material enviado (i.e.: concepção do texto, organização de fontes e/ou análises, redação do texto, revisão etc.). Os autores deverão dispor em nota de rodapé a afirmação de que a contribuição é original e inédita e que o texto não está sendo avaliado para publicação por outra revista.

2. Estrutura do Texto

Resumo e Abstract: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, com no mínimo 150 palavras e, no máximo, 250. Preferencialmente, adotar explicitação da estrutura do trabalho, com colocação de subtítulos (Introdução, Objetivos, Método, Resultados e Conclusão). Devem preceder o texto e estar em português e inglês.

Palavras-chave: De três a seis, em língua portuguesa e inglesa, apresentadas após o resumo e após o abstract, respectivamente. As palavras-chave deverão vir separadas por vírgulas. Consulte o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde – <http://decs.bvs.br>) e/ou o Sociological Abstracts.

Tabelas: Devem estar citadas no texto através de numeração crescente (ex.: tabela 1, tabela 2, tabela 3) e apresentar legenda numerada correspondente à sua citação. As tabelas deverão ser apresentadas em formato editável (indica-se, preferencialmente, o uso do programa Microsoft Word 2007 ou posterior para preparação e envio das tabelas em formato .doc). Tabelas devem estar também devidamente identificadas e em escala de cinza. As tabelas devem estar inseridas no texto, em formato editável, e não ao final do documento ou na forma de anexos.

Figuras: As figuras (diagramas, gráficos, quadros, imagens e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, coloridas e em preto e branco, e devem estar perfeitamente legíveis. Toda figura deve estar citada no texto através de numeração crescente (ex.: figura 1, figura 2, figura 3) e deve apresentar legenda numerada correspondente. As figuras devem ser encaminhadas como documentação suplementar, em arquivos separados e com a respectiva legenda. Todo diagrama, gráfico, quadros, imagem e/ou fotografia deve ser nomeado(a) como figura.

Os textos podem apresentar no máximo cinco figuras e/ou tabelas.

Citações e Referências

Citações no texto: O nome dos autores deve ser grafado com apenas as iniciais maiúsculas, seguido da data de publicação da referência. Ex: “Segundo Silva (2009), [...]” ou (Silva, 2009). Quando houver dois autores, os nomes devem estar separados por “&”. Ex: “Segundo Amarantes & Gomes (2003) [...]” ou (Silva & Santos, 2010). Quando existirem mais de dois autores em citações dentro ou fora dos parênteses, deve-se apresentar o nome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”. Toda a bibliografia utilizada e citada no texto deverá, obrigatoriamente, estar na lista de referências, assim como toda a lista de referências deverá estar citada no texto.

As citações diretas (transcrição textual de parte da obra do autor consultado) com menos de três linhas devem ser inseridas no corpo do texto entre aspas duplas; as citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas do texto com recuo de 4 cm da margem esquerda, com o tamanho da fonte um ponto menor que o da fonte utilizada no texto e sem aspas (nesses casos, é necessário especificar na citação a(s) página(s) da fonte consultada)

Referências: Os autores são responsáveis pela exatidão das referências citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da APA, detalhadas na 6ª edição do *Publication Manual of the American Psychological Association*. Tutoriais com orientações para a elaboração das referências também podem ser encontrados no site <http://www.apastyle.org>. Ao final do trabalho, as referências devem ser apresentadas e ordenadas alfabeticamente, conforme os exemplos:

Livro

Cavalcanti, A., & Galvão, C. (2007). *Terapia ocupacional: fundamentação & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Capítulo de livro

Castro, E. D., Lima, E. M. F. A., & Brunello, M. I. B. (2001). Atividades humanas e terapia ocupacional. In M. M. R. P. De Carlo & C. C. Bartalotti (Eds.), *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas*(pp. 41-59). São Paulo: Plexus.

Artigo de periódico

Lopes, R. E. (2004). Terapia ocupacional em São Paulo: um percurso singular e geral. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 12(2), 75-88.

Artigos de periódico online

Magalhães Sobrinho, P., Carvalho Junior, J. A., Luz Silveira, J., & Magalhães Filho, P. (2000). Analysis of aluminum plates under heating in electrical and natural gas furnaces. *Energy*, 25(10), 975-987. Recuperado em 29 de junho de 2001, de https://www.researchgate.net/publication/232394453_Analysis_of_aluminum_plates_under_heating_in_electrical_and_natural_gas_furnaces

Dissertações e teses

Medeiros, M. H. R. (2004). *A reforma da atenção ao doente mental em Campinas: um espaço para a terapia ocupacional*(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Dissertações e teses online

Fujita, M. S. L. (1985). *PRECIS na língua portuguesa: uma experiência com a indexação de artigos de periódicos brasileiros* (Dissertação de mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 20 de dezembro de 2001, de <http://www.cgb.unesp.br/e-theses>

Documentos legais

Brasil. (1997). Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, p. 29514.

São Paulo. (2001, 1 de dezembro). Decreto nº 46.324, de 30 de novembro de 2001. Declara de utilidade pública a entidade que especifica. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, seção 1.

Documentos legais online

Brasil. (2004, 3 de dezembro). Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, p. 2. Recuperado em 3 de outubro de 2008, de http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

Homepages

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2008). *Cidades@: São Carlos*. Recuperado em 21 de junho de 2008, de www.ibge.gov.br

Trabalhos publicados em anais de evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. B. (1994). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do 9º Simpósio Brasileiro de Banco de Dados* (pp. 16-29). São Paulo: USP.

Trabalhos publicados em anais de evento online

Alves, G. B. O. (2005). Assistência terapêutica ocupacional a indivíduos no pós-operatório imediato de patologias e traumas da mão. In *Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado em 20 de outubro de 2011, de http://www3.ufmg.br/proex/arquivos/8Encontro/Saude_8.pdf

Registro de ensaios clínicos

O periódico *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy* apoia as políticas para registro de ensaios clínicos da Organização Mundial da Saúde – OMS e do International Committee of Medical Journal Editors – ICMJE, reconhecendo a importância dessas iniciativas para o registro e divulgação internacional de informação sobre estudos clínicos em acesso aberto. Sendo assim, quando se tratar de pesquisa clínica, somente serão aceitos para publicação os artigos que tenham recebido um número de identificação em um dos Registros de Ensaios Clínicos validados pelos critérios estabelecidos pela OMS e ICMJE, cujos endereços estão disponíveis no site do ICMJE (http://www.icmje.org/faq_clinical.html). O número de identificação deverá ser registrado ao final do resumo.

Condições de Submissão

É de responsabilidade dos autores a conferência de todas as normas especificadas. Após o processo de avaliação, em caso de aprovação do texto para publicação, os autores deverão comprometer-se com o pagamento da taxa de R\$1.050,00, referente aos custos

parciais de editoração científica (R\$200,00), revisão de português (R\$250,00) e tradução do corpo do texto para o inglês (R\$600,00). O início do processo de editoração dependerá da comprovação do pagamento dessa taxa.

O pagamento deverá ser realizado mediante depósito em conta bancária.

Dados para depósito:

FAI - Cadernos de Terapia Ocupacional - Banco do Brasil - Ag: 1888-0, C.C.: 5996-X,

Código Identificador: 6335-5, CNPJ: 66.991.647/0001-30.

Enviar comprovante de depósito, juntamente com a identificação do artigo,

para: cadto@ufscar.br

Os autores são responsáveis pelo conteúdo do artigo publicado.

Seções:

Artigo Original

Texto resultante de pesquisa, de natureza teórica e/ou empírica, referente a temas de interesse no campo da terapia ocupacional (estruturado preferencialmente em: Introdução, Objetivos, Método, Resultados, Discussão e Conclusão com, no máximo, 10.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

Artigo de Revisão e/ou Atualização de Literatura

Contribuição que apresenta a síntese de estudos publicados, referente a determinado período e fontes, acompanhado de análise crítica e/ou descritiva, favorecendo o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. A revista prioriza artigos de revisão sistemática (com, no máximo, 8.000 palavras, incluindo referências bibliográficas), pois estes estudos aumentam o caráter científico e as evidências sobre determinado tópico. Nos casos de textos decorrentes de revisão sistemática, o periódico recomenda os critérios adotados pelo PRISMA, disponível em: <http://www.prisma-statement.org/PRISMAStatement/Default.aspx>.

Relato de Experiência ou Estudo de Caso

Material referente a experiências profissionais, relacionadas a indivíduos, grupos e/ou comunidades, decorrentes de intervenções que tragam contribuição para a reflexão sobre a prática em terapia ocupacional. Podem ser apresentados sob a forma de descrição de ações de pesquisa, ensino e serviços (com, no máximo, 5.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

Artigo de Reflexão ou Ensaio

Texto que expresse ponto de vista acerca de assuntos polêmicos e/ou relevantes, relacionados à teoria e à prática em terapia ocupacional, com reflexões e análises inovadoras (com, no máximo, 5.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).